



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO o competente Termo de Referência e autorizo a abertura de processo administrativo de para certame de Licitação, para o objeto, de acordo com a Lei vigente e suas alterações.

Em: 18/06/2024

JOSÉ DIERCIRLEI NEI DE SOUZA
Secretário Municipal de Infraestrutura

1. OBJETO:

1.1. PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DE VENDAS E AQUISIÇÃO DE BARRACAS MOVÉIS EM VITÓRIA DO JARI-AP – CONVÊNIO Nº 003/2024 – SDC/GEA.

2. JUSTIFICATIVA

- a) Faz-se necessário a contratação, pois tem como finalidade expandir a venda de produtos regionais, fomentando a economia local, além de desenvolver a rede comercial do Município de Vitória do Jari-AP, proporcionando um local adequado para desempenho de atividades comerciais durante eventos culturais no Município.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS:

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.
1			Projeto de Estruturação de Vendas e Aquisição de 30 Barracas Moveis COM DIMENSAO 3 X 3M		
1.1	LUM-03	Próprio	TUBO DE AÇO GALVONIZADO PATENTE DE 2.1/2" X 2MM 6M	UND	49,8
1.2	LUM-04	Próprio	TUBO DE AÇO GALVONIZADO PATENTE DE 1.1/2" X 2MM 6M	UND	312,6
1.3	D00475	SEDOP	Lona com plotagem de gráfica	M2	600,3
1.4	LUM-05	Próprio	SOLDA 20/30	KG	9
1.5	88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	480
1.5	160402	SBC	TRATAMENTO COM PRIMER SINTETICO EM TELHAS/RUFOS METALICOS	m²	355,8
1.6	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	480
2			Projeto de estruturação de Vendas e Aquisição de 03 Barracas Moveis COM DIMENSAO 6 X 6M		



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

2.1	2314	ORSE	Tubo de aço galvanizado leve c/ costura c/ rosca BSP Ø = 88,9mm (3"), 3,00mm, l = 6000mm NBR 5580 m	barra	7,5
2.2	2308	ORSE	Tubo de aço galvanizado leve c/ costura c/ rosca BSP Ø = 48,3mm (1.1/2"), e = 2,65mm, l = 6000mm NBR 5580 m	barra	29,58
2.3	2312	ORSE	Tubo de aço galvanizado leve c/ costura c/ rosca BSP Ø = 76,1mm (2.1/2"), e = 3mm, l = 6000mm NBR 5580 m	barra	11,7
2.4	D00475	SEDOP	Lona com plotagem de gráfica	M2	193,68
2.5	00039914	SINAPI	SOLDA EM VARETA FOSCOOPER, D = *2,5* MM X COMPRIMENTO 500 MM	KG	9
2.6	88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	48
2.7	160402	SBC	TRATAMENTO COM PRIMER SINTETICO EM TELHAS/RUFOS METALICOS	m²	31,98
2.8	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	48

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

- a) A aquisição das barracas móveis será fornecida de forma única, mediante Aquisição (AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – AF) devidamente autorizada e de acordo com este termo de Referência.
- b) A(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) item(ns) deverá entregar os materiais que atendam, rigorosamente, às especificações constantes de sua proposta, respeitando o solicitado.
- c) Para a comprovação do recebimento dos materiais será confiado a 01 (um) fiscalizador autorizado pela autoridade competente, que observará o recebimento, após a conferência e comprovação de sua quantidade, qualidade e se os mesmos foram fornecidos conforme ao termo de Referência, bem como do Contrato, sob pena de rejeição dos mesmos, atestando-o em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da apresentação da NF/FATURA.
- d) O fornecimento dos materiais será de forma única, de acordo com Autorização de Fornecimento do requerente logo após a assinatura do contrato devidamente publicado para 12 (doze) meses.
- e) A Contratada se obrigará a realizar o fornecimento conforme solicitadas, após a Autorização de Fornecimento emitida por servidor público designado pela Secretaria requisitante.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- f) Constatando-se qualquer irregularidade e/ou deficiência no material entregue, será exigida a sua imediata substituição, considerando-se, para esse efeito, o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo de inteira responsabilidade da fornecedora todos os ônus decorrentes da retirada e reposição do material.
- g) Os materiais deste Termo Referência mesmo entregue e aceito ficam sujeitos à substituição, desde que comprovada a má-fé do fornecedor ou este estiver em desacordo constatado quando de seu uso, conforme disposto na Lei nº. 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

6. FIXAÇÃO DOS PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA O FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;

- a) O fornecimento se dará no Município de Vitória do Jari-AP, por meio de Autorização de Fornecimento-AF devidamente assinada pelo servidor responsável pela SEMIE/PMVJ.

7. DO GESTOR DO CONTRATO:

Fica designando o senhor José Diercirlei Nei de Souza, Secretário Municipal de Infraestrutura (Decreto nº 300/2024-GAB/PMVJ), para desempenhar os serviços de gestão do contrato, conforme Art. 8º do Decreto nº 339/2023-GAB/PMVJ.

8. DO FISCAL DO CONTRATO:

Fica designando a senhora Lucimeire dos Santos Nascimento, Técnica em Edificação, para desempenhar os serviços de fiscalização do contrato, conforme Art. 9º e seus incisos do Decreto nº 339/2023-GAB/PMVJ.

9. DA GARANTIA

- a) Só serão recebidos materiais que estiverem em conformidade com as especificações determinada pela contratante. Em caso de desconformidade ou outros problemas, a contratada terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituir o produto que apresentar desconformidade.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- b) Nomear preposto para, durante representá-lo na execução do contrato;
- c) A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela SEMIE durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- d) O preposto deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o seu nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- e) O preposto, uma vez indicado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para tratar de assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.
- f) O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos materiais fornecidos;
- g) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- i) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- j) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e execução dos serviços prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- k) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho
- l) Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato;
- m) Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- n) Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por lei.
- o) São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- p) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- q) A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Expedir a Autorização de Fornecimento-AF;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;
- c) Nos termos do **Art. 117**. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados. conforme requisitos estabelecidos no art. 7º DA LEI 14.133 DE 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição
- d) Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento e execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- e) Fornecer à CONTRATADA, nomes e modelos de assinaturas dos responsáveis por liberar Ordem de Serviço.

12. DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA DO CONTRATO

- a) O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- b) **Conforme o Art. 134 da lei 14.133 de 2021.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
- c) **Art. 135. da lei 14.133 de 2021.** Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
- d) I - à data da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- e) II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.
- f) § 1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- g) § 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
- h) § 3º A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.
- i) § 4º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- j) § 5º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.
- k) § 6º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

que fundamenta a repactuação.

14. DA RESCISÃO

- a) Com fundamento no Art. 138 A extinção do contrato poderá ser:
- b) I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de
- c) descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- d) II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de
- e) resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- f) III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou
- g) compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- h) § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual
- i) deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a
- j) termo no respectivo processo.
- k) § 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será
- l) ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- m) I - devolução da garantia;
- n) II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- o) III - pagamento do custo da desmobilização.
- p) E no Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
- q) I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- r) II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- s) III - execução da garantia contratual para:
- t) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- u) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- v) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- w) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- x) IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- y) § 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- z) § 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização
- aa) expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

- a) As despesas decorrentes da contratação, correrão à conta dos recursos da Secretaria Municipal de Infraestrutura-SEMIE/PMVJ, seguinte Dotações Orçamentárias, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas constarão da respectiva Nota de Empenho:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
	AÇÃO	NATUREZA	FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	04.122.0319.2-075	3.3.90.92.00.00	500

Vitória do Jari/AP, 18 de Junho de 2024.

Maxweel Cardoso Batista
Membro da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 138/2024-GAB/PMVJ

José Diercirlei Nei de Souza
Secretário Municipal de Infraestrutura
Dec nº 300/2024-GAB/PMVJ